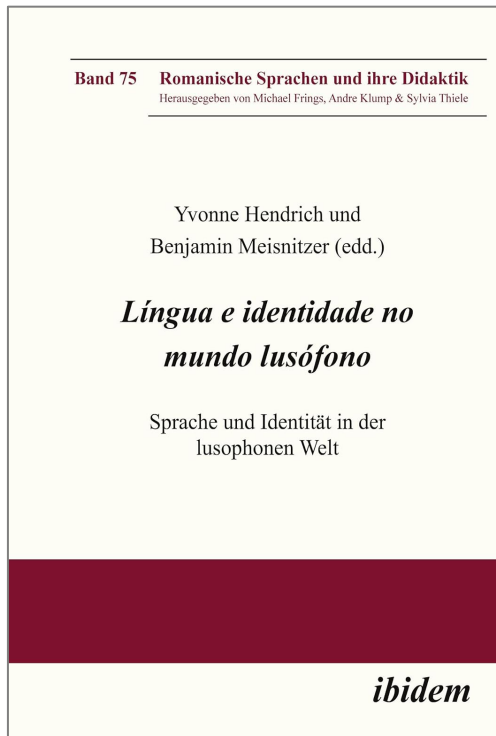


BOOKS

Yvonne Hendrich und Benjamin Meisnitzer (edd.) *Língua e identidade no mundo lusófono. Sprache und Identität in der lusophonen Welt*, Stuttgart: Ibidem Verlag, 2022, 296 p.



O volume editado por Yvonne Hendrich (Johannes Gutenberg Universität Mainz) e Benjamin Meisnitzer (Universität Leipzig) contém dezassete trabalhos redigidos em português e em alemão, que propõem reflexões em torno de um tema abrangente e atual, a relação entre a língua e identidade no espaço lusófono. De acordo com os editores, “[o]s autores lançam luz sobre esta relação por vezes conflituosa, a questão da construção da própria identidade, mas também a questão da unidade que a língua dá aos países da lusofonia” (22-23).

No primeiro artigo do volume, intitulado “*Ist eine portugiesische Kollektividentität möglich? As Naus von António Lobo Antunes und die Narrative Psychologie*” [É possível uma identidade coletiva portuguesa? *As Naus* de António Lobo Antunes e a Psicologia Narrativa] (25-36), Alexander Altevoigt apresenta uma análise interessante da construção narrativa de identidade

pelas personagens do romance caracterizando-a como polífona, sem que nenhuma voz tenha o monopólio de interpretação da identidade coletiva portuguesa, desconstruindo, desta maneira, a identidade coletiva propagada antes do 25 de abril. Nesta polifonia, o autor vê uma correspondência com a polifonia de opiniões na sociedade democrática.

Teresa Bagão (37-56) propõe um estudo exploratório em torno da identidade portuguesa em contextos de migração, destacando como a mesma se manifesta nos média convencionais (*Visão*, *RDP* etc.), chegando à conclusão de que no âmbito das comunidades emigrantes portuguesas são prevalentes as isotopias positivas, sendo a língua a marca identitária mais profunda. Outros elementos de identificação, como a bandeira, a culinária, o galo de Barcelos e a saudade são igualmente prevalentes, pois têm ocorrências significativas no *corpus* analisado.

O próximo estudo, da autoria de Martin Becker (57-74) é de cunho epistemológico e debruça-se sobre a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* de Jerónimo Soares Barbosa, um importante filólogo português do século XVII. O autor tenta identificar as correntes linguísticas que exerceram influência na obra de Soares Barbosa, destacando uma relação direta com a tradição de Port-Royal e um claro afastamento do pensamento linguístico português da época, que apostava sobretudo nos métodos descritivos. Na opinião de Becker, Soares Barbosa “conseguiu uma brecha importante – brecha paradigmática importante que se abria entre a tradição gramaticográfica do seu país e a teoria linguística mais avançada ao nível europeu” (73), sendo o seu contributo marcante para os avanços da filologia e da linguística portuguesas.

A contribuição de Isabel Araújo Branco (75-83) evidencia a linguagem e as filiações literárias na obra de Dinis Machado (e do seu pseudónimo Dennis McShade), identificando o autor argentino Jorge Luis Borges como influência incontornável. A ideia é interessante e a autora consegue estabelecer algumas pontes entre os dois autores, mas a análise se limita em apenas algumas citações da obra de Machado comentadas de forma genérica. O tema mereceria uma análise mais aprofundada.

Verena Dolle dedica-se no seu artigo (82-102) do romance *Estive em Lisboa e lembrei de você* de Luiz Ruffato (2009) e analisa o sonho europeu nas biografias dos protagonistas do romance, migrados de ex-colónias portuguesas para Portugal (que substituiu o sonho americano dos ancestrais emigrados da Europa ao Brasil). A autora analisa também a dura realidade de uma sociedade que hierarquiza os seus migrantes, entre outros, segundo a sua variedade falada do português. Neste contexto, Verena Dolle interpreta o fato da edição portuguesa do romance ter um título adaptado ao português europeu (*Estive em Lisboa e lembrei-me de ti*) como “apropriação neocolonial de diferença” (98) e como um sinal de uma atitude hegemónica na lusofonia.

Claudia Fernandes faz uma análise do “antiportuguesismo” (105-115) ou, segundo a autora, da cultura “em negativo” (105). O antiportuguesismo é definido como “forma específica de antipatriotismo dirigida a Portugal, em que se critica hábitos, costumes, valores, maneiras de ser e formas de estar e de sentir” e é analisado em cartazes, cartoons e em alguns textos literários ou ensaísticos. O propósito da autora não é de analisar um *corpus* abrangente, mas sim de destacar mecanismos que determinam as manifestações externas e internas do antiportuguesismo. Consideramos que análises mais aprofundadas, com base em *corpora* de textos mediáticos seriam uma continuação oportuna desta reflexão preponderantemente teórica.

O infinitivo conjugado em galego (117-137) é o tema do artigo de David Paul Gerards. Trata-se de uma análise de *corpus* abrangente (com mais de 1500 ocorrências)

e muito pormenorizada, que tenta dar conta do uso deste mecanismo gramatical – existente apenas em galego e em português –, em contextos formais, em função de opções ideológicas relativas à língua galega (autonomismo vs. reintegracionismo) e das possíveis questões identitárias envolvidas no processo. O estudo mostra que no caso de falantes reintegracionistas se verifica um número mais elevado de ocorrências de *infinitivo conxugado*, uma forma de “hiper-uso” deste elemento gramatical, que corrobora com o posicionamento ideológico do grupo que defende uma reintegração do galego no diassistema português.

A contribuição de António Martins Gomes, intitulada “*A língua portuguesa: a expressão de um projeto político e religioso*” (139-149) é um ensaio sem referências bibliográficas, que pretende descortinar a continuidade do “projeto linguístico” como componente identitária portuguesa. O autor tece considerações pessoais sobre o assunto, faz referências a obras literárias e a factos históricos para sustentar a sua argumentação, mas não parece tentar respeitar as normas de redação académica. Consideramos que esta contribuição ensaística seria mais adequada numa revista cultural ou de divulgação.

O artigo intitulado “*Japaner in Brasilien und Brasilianer in Japan und ihre Identität(en) im Kontext von Arbeitsmigration: Chancen und Herausforderung für die romanistische Forschung*” [Japoneses no Brasil e Brasileiros no Japão e sua(s) identidades no contexto da emigração de trabalho: Oportunidades e desafios da pesquisa romanística] (151-166) da autoria de Anja Hennemann declara como objetivo de traçar as linhas principais do contato entre o Brasil e o Japão e formular as lacunas de investigação, alegando que o tema foi abordado apenas de maneira marginal na investigação romanística. A autora, porém, não cita nenhum dos numerosos estudos publicados no Brasil em português e nenhum estudo do Japão. Consequentemente cabe concluir que, *ou*, para a autora, os estudos publicados em língua portuguesa por linguistas brasileiros não fazem parte da pesquisa romanística, *ou* a autora não se deu ao trabalho de realizar uma pesquisa bibliográfica séria. A última hipótese é apoiada pela superficialidade das análises apresentadas. Este artigo (superficial em todos os aspetos abordados) focaliza menos o contato linguístico entre o português e o japonês no Brasil, mas predominantemente a questão de Português Língua de Herança no Japão. Contudo, essa abordagem é baseada apenas em relatos anedóticos de jornais em língua inglesa como *Japan Times* e *New York Times*, em vez de considerar os estudos linguísticos existentes sobre o tema ou apresentar um estudo empírico próprio. Por razões de espaço, aqui não é possível analisar todos os erros, incoerências e contradições internas do artigo.

Fabienne Loureiro-Galmbacher (167-182) abre uma pista de investigação na área da antropologia linguística e analisa o papel da(s) língua(s) na construção identitária – a autora prefere o termo reconstrução para falantes que se integram na sociedade de acolhimento com uma idade mais avançada – da diáspora angolana que vive na Alemanha. Apesar de se basear num corpus de apenas quinze entrevistas, a contribuição revela aspetos importantes, como a falta de lealdade em relação ao português e a outras línguas nacionais angolanas, em detrimento do alemão e uma fraca

conscientização das importâncias das línguas nacionais, como consequência das ideologias veiculadas durante o período colonial. A autoria identifica uma “atitude pragmática” (180) junto dos informantes, que consideram a língua do país de acolhimento essencial para a sua integração.

No seu artigo, intitulado „*Sprache und Identität: eine vergleichende Betrachtung des angolischen und mosambikanischen Portugiesisch*“ [Língua e identidade: considerações comparativas entre o Português Angolano e o Português Moçambicano] (183-193), Benjamin Meisnitzer apresenta um estudo contrastivo do Português Angolano (PA) e do Português Moçambicano (PM) questionando a classificação usual, mas pouco diferenciada de Português Africano. Analisando exemplos das áreas de fonética, do léxico e da sintaxe das duas variedades do português, e considerando as diferentes situações de contato linguístico e outros parâmetros sociolinguísticos, o autor chega a conclusão que – devido ao número maior de falantes de português L1, o processo de formação de uma norma endógena é mais avançado no português angolano. A língua portuguesa, o autor considera como um elemento de uma identidade comum entre os dois países, as normas endógenas divergentes, porém, como elementos de uma identidade própria.

Sílvia Melo-Pfeifer debruça-se no seu artigo (195-208) sobre o plurilinguismo de crianças portuguesas que vivem na Alemanha e apresenta uma parte dos resultados do projeto “Imagens do (ensino) português no estrangeiro” da Coordenação do Ensino do Português na Alemanha e pela Embaixada de Portugal em Berlim. O estudo destaca três tipos de interações: a seleção monolíngue dos idiomas, a intercompreensão plurilingue e o uso do *translanguaging*. Uma das conclusões da autora é que em contexto de plurilinguismo, a noção de língua deixa de ser relevante, sendo necessário tomar em consideração as “dinâmicas do plurilinguismo” e a “geometria variável” de sistemas semióticos (204) prevalentes na comunicação. Outros conceitos, entre os quais a ideia de que um indivíduo tem uma única língua materna, devem ser igualmente relativizados, uma vez que não são suficientes para descrever a complexidade linguística das realidades plurilingues atuais.

Telmo Mória tece no seu artigo (209-226) algumas reflexões sobre o A090, mostrando que se trata de medidas em sintonia com as mudanças ortográficas anteriores e que algumas questões ficam em aberto como desafios para o futuro (as formas do PPS *cantámos vs cantamos*), o uso de *k* em vez que *qu* para palavras de origem africana, o uso de *k*, *w* e *y* em topónimos e gentílicos, a grafia de palavras de origem inglesa, etc. Trata-se de uma posição equilibrada, que destaca vantagens e desvantagens do A090, salientando que não há soluções ortográficas perfeitas. Consideramos que este tipo de análise se torna muito útil, sobretudo no contexto de vários debates sobre o A090 (ver também a contribuição de Raquel Vieira Raggi deste volume), debates esses que nem sempre contam com contribuições de especialistas capazes fazer análises *sine ira et studio*.

Lukas Müller apresenta no seu artigo intitulado: „*Reflexivität im Spannungsfeld von Sprache und Identität: Reflexivformen im europäischen und brasilianischen Portugiesisch*“ [Reflexividade entre língua e identidade: formas reflexivas no Português Europeu e no Português do Brasil] (228-240) uma análise semântica muito convincente das construções

reflexivas e não-reflexivas com verbos como *esquecer(-se) de*, usando como fundamento teórico a Gramática de Papel Semântico e Referência de Van Valin e LaPolla (1997). Mostra detalhadamente que, tanto no Português Europeu quanto no Português do Brasil, a construção não-reflexiva implica uma maior agentividade do sujeito sintático do verbo. Portanto, a construção reflexiva pode ser usada para atenuar o grau de agentividade do sujeito e com isso sua responsabilidade. Contudo, o autor chega a conclusão que a semântica da construção não é o único fator relevante pelo seu uso, mas também a variação diassistemática. A maior frequência da construção não-reflexiva no Português do Brasil, o autor tenta explicar de maneira menos convincente com uma diferença cultural, caracterizando a cultura brasileira como uma *cultura de high-context* segundo a abordagem de Hall (1976).

No seu artigo (241-252), Raquel Vieira Raggi debruça-se sobre alguns posicionamentos contra o AO90 na imprensa portuguesa e brasileira, usando na sua análise a teoria da metáfora concetual da linguística cognitiva, de forma a identificar os elementos culturais subjacentes às estratégias argumentativas. A autora identifica, numa análise muito detalhada algumas metáforas prevalentes, que dão conta do tom por vezes violento do debate público sobre o AO90: AO É PERIGO, AO É DOMINAÇÃO. Se a concetualização do AO invoca noções como “perigo” e “dominação”, não são surpreendentes as reações de “defesa da língua portuguesa” de alguns dos locutores. Mais trabalhos como o de Telmo Mória, publicados nos média generalistas poderiam, achamos nós, contribuir para uma compreensão mais adequada o papel do AO90 e da ortografia, em geral.

Carsten Sinner analisa no seu artigo, intitulado: „*Sprachliche Varietäten und normative Konflikte: Exame Nacional de Ensino Médio und Gramáticas de Concurso*“ [Variedades linguísticas e conflitos normativos: o *Exame Nacional de Ensino Médio* e as gramáticas de concurso] (253-268), as atitudes normativas perante as variações diassistemáticas, particularmente das variedades orais de proximidade dos materiais do ENEM e das gramáticas que pretendem preparar para concursos públicos no Brasil. O autor chega a conclusão que os materiais, apesar de alguns avanços, continuam sendo puristas e conservadores, dispensando pouca atenção às variedades orais.

Por fim, o artigo de Doris Wieser analisa a poesia de José Craveirinha (267-285) do ponto da vista da construção da moçambicanidade, tentando aproximá-la à poesia de combate. Apesar de inegáveis convergências temáticas e estilísticas, a poesia de José Craveirinha afasta-se, na ótica da autora, da poesia de combate, uma vez que dá espaço de manifestação à diversidade étnica, valorizada como elemento essencial da identidade moçambicana. A autora destaca também a “estética cuidadosa” (284) da poesia de Craveirinha, que faz do poeta um clássico, que ultrapassa a leitura militante e política da sua época.

O volume editado por Yvonne Hendrich e Benjamin Meisnitzer junta trabalhos de índole diferente em torno de um tema muito atual e muito relevante para o espaço lusófono, a relação complicada entre a língua e a identidade. Os artigos (embora desiguais em termos de mérito científico) destacam problemáticas como as identidades diaspóricas, os filtros ideológicos e / ou culturais na receção da normatividade,

manifestações identitárias em literaturas lusófonas. Consideramos que é um recurso útil para investigadores, professores e estudantes que se interessam pelos aspetos identitários no uso da língua portuguesa ou em relação à língua portuguesa.

Thomas JOHNNEN 

Westsächsische Hochschule Zwickau

E-mail: thomas.johnen@whz.de

Veronica MANOLE 

Universidade Babeş-Bolyai

E-mail: veronica.manole@ubbcluj.ro